

# MDB lança manual sobre Constituinte

BRASÍLIA (Sucursal) — "Só pode ter medo da Constituinte quem tem medo do povo ou quer impedir que ele tenha seus direitos respeitados (...). Quem está contra a Constituinte está contra o povo. Se a Constituinte é a voz do povo, por que sufocá-la? Se o que você leu é justo, é bom para você e para o Brasil, você tem um dever a cumprir: lutar pela Assembléia Nacional Constituinte".

Essas afirmações estão contidas no "Manual da Constituinte" (91 páginas, 100 mil exemplares), elaborado pela direção nacional do MDB e cuja distribuição foi iniciada ontem. Em redação simples e direta, o manual — que será distribuído aos filiados e ao povo em geral — trata o leitor por "você" e, entre os seus vários capítulos, constam: "A Constituinte e os Direitos Humanos", "A Constituinte e a Liberdade de Imprensa", "A Constituinte e a Mulher", "A Constituinte e a Anistia", "A Constituinte e os Salários".

## RAZÕES DE FÉ

No capítulo "Como chegar à Assembléia Nacional Constituinte?", afirma-se: "O MDB tem motivos para esperar, que setores que são contrários à Constituinte, como o Governo e a Arena, acabem aceitando sua convocação. Alguns exemplos:

"Durante anos, falar contra o AI-5 ou propor sua extinção era considerado subversão. Mandatos foram cassados e direitos políticos suspensos pela pregação contra o AI-5. O MDB não se intimidou nem esmoreceu. Hoje, lideranças da Arena admitem que o AI-5 é o arbítrio, tem caráter excepcional, e propõem sua substituição por "mecanismos de defesa do Estado", respeitando o direito de defesa e apreciação de arbitrariedades pela Justiça do País. O mesmo ocorre com o Decreto-lei 477, que tenta amordaçar os estudantes. Devido à luta contra ele, hoje amplos setores oficiais admitem sua revogação.

"O MDB denunciou a criminosa manipulação de índices do custo de vida, feita em 1973, para fundamentar a mentirosa estimativa de uma inflação de 12 por cento ao ano. O MDB foi acusado de falseador da verdade e demagogo. Em 1974, o atual ministro da fazenda, prof. Mário Henrique Simonsen, confirmou a denúncia feita pelo MDB em 1973, embora só em 1977 a vergonhosa adulteração tenha sido revelada ao público."

Explicando o que é uma Constituição, o texto a considera "importantíssima", acentuando: "Sua vida, sua liberdade, seu emprego, seu salário, a educação e a saúde, a previdência social, a aposentadoria, o transporte e habitação, tudo, enfim, depende direta ou indiretamente da Constituição".

"A Constituição — diz o manual — garante que quem manda no Brasil e nos brasileiros é a lei. Homem não pode mandar em homem. Quem ordena é a lei. A lei é que diz o que fazer, porque é permitido e é um direito. O que não fazer, porque é proibido e é um crime ou ilegal. Você já imaginou a imensa garantia que isso é para você, sua família, cada brasileiro? A lei é geral, é para todos, é do conhecimento público. Você não depende da vontade, às vezes do capricho e arbitrariedades de qualquer homem ou grupo de homens."

Mais adiante, observa o manual: "Antes, os reis, os monarcas, os chefes totalitários proclamavam que tinham o "poder divino" e então podiam decidir por todo o povo. Isso não é mais aceito, porque não é verdade. O poder pertence ao povo. — A campanha pela Assembléia Nacional Constituinte quer dizer isto. Ninguém pode dar uma Constituição para o povo. A Constituição é um assunto muito sério para que um homem sozinho se atribua autoridade para decidir o que mais convém ao povo. Os grandes temas que interessam a todos os brasileiros precisam ser bem debatidos e examinados. Isso é coisa que só pode ser feita em uma assembléia onde a Nação inteira esteja representada".

"Depois de 1964 — acrescenta — os governos que não foram eleitos pelo povo outorgaram e mantêm a Carta Constitucional em vigor, leis e decretos, atos institucionais, atos complementares, decretos, decretos-leis e portarias, que lhes dão um poder muito grande e, portanto, retira da maioria seus direitos e a independência dos poderes Legislativo, Judiciário. Essas leis dão ao Governo o arbítrio de não prestar contas a ninguém. Se os deputados ou senadores da oposição incomodam, o Congresso é fechado. Ou então, deputados e senadores são cassados".

"A verdade é que o poder absoluto e sem fiscalização chega à corrupção e à subversão. Uma constituinte é necessária para a elaboração de uma Constituição que devolva o país à normalidade democrática".

## CONSTITUINTE E LIBERDADE

Apresentando a campanha pela Constituinte como um movimento "pelas liberdades democráticas, pelo direito individual e coletivo", o manual salienta: "Hoje, no Brasil, a liberdade individual ou coletiva está bitolada por normas que não partiram dos representantes do povo e são frutos do período excepcional em que vivemos. Existem casos de pessoas que têm sua liberdade violada e o necessário processo legal, sem garantia de seus direitos".

"A liberdade de associação, de reunião, de defesa dos interesses de classes ou de participação nos problemas nacionais também é restrita. Por uma circular ou uma ordem de serviço proíbe-se tudo isso, impede-se qualquer reunião. A falta de liberdade reflete-se na vida de cada um dos brasileiros. Sem liberdade não há garantia de salário, de distribuição de rendas, de Justiça, de nada".

"É com liberdade que o operário, o estudante, o agricultor, o empresário, o cidadão, — enfim — vai opinar sobre os assuntos que lhes dizem respeito, discutir as melhores soluções para o bairro, o campo, a vila, a empresa, a Nação, sua família".

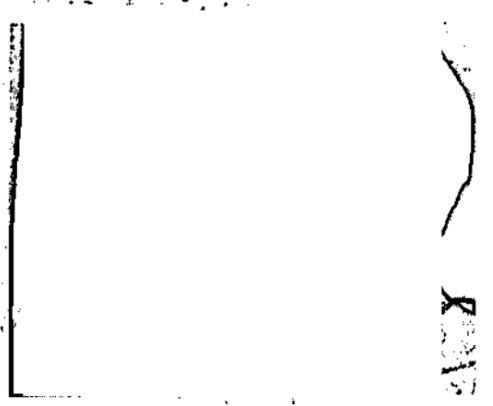
O texto cita, inclusive, verso da música "Disparada", de Geraldo Vandré, ao frisar: "Sem liberdade, a gente deixa de ser gente e passa a ser gado tangido para o matadouro: porque gado a gente marca, tange, ferrá, engorda e mata, mas com gente é diferente".

## DIREITOS HUMANOS

O manual dá conta da preocupação universal com os Direitos Humanos, lembrando que o Prêmio Nobel da Paz acaba de ser concedido à Anistia Internacional por sua atuação nesse setor. Transcreve a Declaração Universal dos Direitos do Homem e destaca dois pontos defendidos pelo programa do MDB: a) A repulsa à exploração do trabalho pelo capital; b) Combate à concentração e ao abuso do poder econômico em qualquer de suas formas".

O documento deplora o fato de o Brasil ainda não haver subscrito a "Convenção Americana" sobre Direitos Humanos, elaborada em 1969, em São José da Costa Rica, e o não funcionamento do Conselho de Defesa da Pessoa Humana.

"Você já ouviu alguma notícia sobre esse Conselho? Há vários anos não se reúne. Ele é incompatível com o regime da exceção. Só o Estado de Direito abrirá as portas desse Conselho para o povo".



Coube e Tales fazer o lançamento do Manual

## CENSURA

"O documento aprovado pelo Movimento Democrático Brasileiro na Convenção Nacional em que se resolveu propor a Constituinte como sua tese principal não pode ser publicada pelas emissoras de rádio e TV do País. Por que? Porque a censura proibiu aos órgãos de comunicação de massa, deixando a publicação ser feita pelos jornais, assim mesmo nem todos.

"Esses fatos irrefutáveis demonstram que a "liberdade de imprensa" realmente não existe no País; que o debate político é impedido no rádio e TV; e que ainda existem publicações jornalísticas submetidas à censura prévia, enquanto noutras impera a terrível auto censura.

"A liberdade de informação é justificada como forma de o cidadão conhecer o andamento dos negócios do País, recebendo opiniões contraditórias para decidir a respeito delas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, foi graças à liberdade de imprensa que um escândalo como o de Watergate foi investigado até suas últimas consequências. O próprio presidente da República naquele país terminou renunciando ao cargo, em face das acusações que lhe foram feitas pela imprensa.

"No Brasil, ao contrário, é censurado um livro que trata sobre a influência das multinacionais no País ("A Ditadura dos Cartéis"); um outro livro que abordava um crime comum ainda não desvendado pela polícia e levantava suspeitos; notícias que vão desde pequenos incidentes locais envolvendo pessoas que detêm o poder até os grandes fatos".

## ANISTIA

"Anistia é esquecimento e reconciliação. Anistia é como amnésia, palavra da mesma origem, quer dizer esquecimento, não se lembrar, como se coisas que aconteceram realmente não existiram. É um atributo exclusivo do homem, na sua capacidade de julgar e decidir. Este atributo se apertelha, na escala individual, pela educação, e na escala política e social pela cultura e pela civilização.

"Em nome dos propósitos do movimento militar de 1964, muitos homens públicos, ou não, foram punidos com suspensão dos seus direitos políticos. Também foram cassados mandatos conferidos pelo povo. (...) O que é imperdoável é que foram punidos sem direito de defesa e sem julgamento público.

"São decisões tomadas, muitas vezes, no calor de uma ordem revolucionária, com a precipitação e o passionalismo que o momento determina. Mas nenhuma ordem revolucionária baseada em atos excepcionais pode se prolongar indefinidamente.

"A anistia é a pacificação da família brasileira, para que não haja vencidos nem vencedores, para que a fraternidade una todos os brasileiros. (...) Volte-se pois ao Estado de Direito e não haverá banidos, expatriados, nem cassados por atos excepcionais, porque não há vencidos nem vencedores. A pátria é a união de todos e a união é incompatível com o ódio, a vingança, a divisão arbitrária".

## NACIONALISMO

O documento denuncia os abusos praticados pelo capital estrangeiro, afirmando que nem sempre ele ingressa no País com a intenção de ajudar o nosso desenvolvimento econômico: "Além da preocupação com o lucro, muitas vezes destroça ou compra as empresas nacionais".

Uma tabela sobre o movimento de algumas das grandes empresas estrangeiras que operam no país, entre 1965 e 1975, indica os seguintes números, em milhões de dólares:

Entrada de capital	Saída de capital
Volkswagen	119,5 279,1
Rhodia	11,3 60,6
Esso	1,8 44,3
Pirelli	28,7 64,9
Souza Cruz	2,5 82,3
Johnson e Johnson	0,7 22,7

## DISTRIBUIÇÃO DE RENDAS

Ao analisar os problemas da distribuição de rendas e dos salários, o manual acentua que, em consequência do cerceamento das liberdades e da falta de participação do povo na formação da vontade nacional, "foi possível ao governo de exceção adotar um tipo de modelo econômico elitista, para poucos e privilegiados, que provocou a transferência de substanciais parcelas dos salários dos trabalhadores para a acumulação do capital nacional e estrangeiro, através da pesada carga tributária que recai sobre os custos da produção".

A respeito da questão dos índices inflacionários de 1973, afirma: "Trata-se de uma acusação terrível, feita por um ministro de Estado e que, propositadamente, foi durante mais de três anos ocultada da opinião pública. Ora, isto só pode ocorrer num regime de irresponsabilidade, onde os mecanismos de exceção impedem a fiscalização que deveria ser rigorosamente exercida pela representação política e pela imprensa, rádio e televisão, o que não ocorre devido à censura".

"Quando se defende uma política salarial mais humana que atribua ao fator trabalho uma justa remuneração capaz de satisfazer às necessidades normais do trabalhador e de sua família, contestam alguns economistas engajados no regime de exceção que aumentar salários significa aumentar o processo inflacionário.

"Trata-se de um sofisma grosseiro. No custo da produção, além dos salários que, hoje, em média, pesam 12 por cento a 15 por cento, há outros fatores, como a carga tributária, os aluguéis, os juros, os lucros, os preços da matéria-prima etc. Por que o Governo se preocupa exclusivamente com o controle rígido dos salários, quando os demais fatores da produção têm seus valores livremente fixados pelo produtor?"

"A situação dos sindicatos no Brasil é um reflexo do regime político que se mantém com base nos atos de exceção (...) todo o poder de decisão, passou para o Poder Executivo. Deste modo, o papel dos sindicatos é passivo, na negociação salarial, fator que constituiu um aspecto negativo, imposto pela aplicação da fórmula salarial.